



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

**Projeto de Lei nº 063/2024.**

**Dispõe sobre a consignação em folha ressarcimento de despesas com plano privado ou assistência à saúde aderido pelos servidores públicos da Câmara Municipal de Xangri-Lá e seus familiares.**

**Art. 1º** Fica autorizada a Câmara Municipal de Xangri-Lá a ressarcir despesas com plano privado ou assistência à saúde, regulamentado pela Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, aderido pelos servidores públicos da Câmara Municipal de Xangri-Lá e seus familiares, mediante consignação em folha de pagamento.

§1º o ressarcimento das despesas previstas no caput deste artigo será realizado antecipadamente quando o servidor público apresentar os documentos de adesão ao plano privado de assistência à saúde.

§2º Os instrumentos de adesão ao plano privado de saúde e a respectiva autorização de consignação na remuneração mensal serão assinados pelos servidores públicos junto ao sindicato, que os encaminhará ao setor competente.

§3º Em observância ao §2º deste artigo, promulgar-se-á regulamento estabelecerá os procedimentos de requerimento por parte do servidor público.

**Art. 2º** A importância do ressarcimento fica limitado a 50% (cinquenta por cento) do pagamento da prestação mensal, conforme regulamento.

Parágrafo único. A Câmara Municipal de Xangri-Lá poderá usar como parâmetro de limitação da despesa a mensalidade de plano de saúde os valores de plano proposto pelo Sindicato Municipal, observadas as faixas etárias.

**Art. 3º** A Câmara Municipal de Xangri-Lá fica autorizada a consignar na folha de pagamento de seus servidores públicos, desde que com sua autorização expressa valor correspondente a mensalidade e coparticipação de plano privado ou assistência à saúde aderido pelos servidores públicos e seus familiares.

**Art. 4º** A margem máxima de consignação dos servidores públicos da Câmara Municipal de Xangri-Lá não se aplica à mensalidade e coparticipação de plano privado ou assistência à saúde aderido pelo servidor público, podendo ser consignado na integralidade.

**Art. 5º** . As despesas decorrentes da execução do Convênio celebrado ocorrerá por conta dos convenientes, com exceção das entidades sindicais de servidores públicos.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

**Projeto de Lei nº 063/2024.**

Xangri-Lá/RS, 27 de maio de 2024.

Cleomar Gnoatto Vargas  
MDB

Davi Borges  
MDB

Geovane Laurentino  
PL

Jorge Luis Nicolau  
PDT

Sérgio Tadeu  
MDB

Adalcir Rodrigues  
MDB

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

O presente projeto de lei vem regulamentar Plano de Saúde para os servidores públicos da Câmara Municipal de Xangri-Lá a fim de trazer alternativa ao IPERGS-Saúde ao funcionalismo desta Casa.

Cleomar Gnoatto Vargas  
MDB

Davi Borges  
MDB

Xangri-Lá, 27 de maio de 2024.

Geovane Laurentino  
PL

Jorge Luis Nicolau  
PDT

Sérgio Tadeu  
MDB

Adalcir Rodrigues  
MDB



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

**Projeto de Lei nº 063/2024.**